Senado Junqueira quer anular aumento de gratificações

LUIZ ORLANDO CARNEIRO

BRASÍLIA. — O procurador-geral da República, Aristides Junqueira, ajuizou ontem perante o Supremo Tribunal Federal duas ações de inconstitucionalidade contra decisões do Senado e do TCU, que elevaram para 367% o percentual de “gratificação de atividades legislativas” de seus altos funcionários. O chefe do Ministério Público requereu medida cautelar (liminar) para suspensão da eficácia dos atos do Senado e do TCU, “porque sua aplicação causa grave lesão à economia pública, de forma continuada, e de mais que incerta reparação.”

Em ambos os casos, Junqueira alegou que a elevação do percentual de gratificação, além de contrariar a Lei nº 8.448/92 — que estabelece como limite às vantagens recebidas pelo servidor o equivalente a duas vezes o valor do maior vencimento básico —, afronta também o princípio da isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhados, proibindo que os do Legislativo sejam superiores aos do Executivo.

A ação do Senado foi distribuída para Francisco Rezek, e a outra para Moreira Alves.